



O CONHECIMENTO DE JORNALISTAS SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Adair Bonini

Resumo:

Até que ponto um esquema cognitivo baseado exclusivamente em partes características de um texto, como a superestrutura, pode explicar o conhecimento sobre gêneros textuais? Com base nesta questão, este artigo relata um experimento realizado com quatro jornalistas em que duas hipóteses foram testadas: 1) a de que o conhecimento do jornalista sobre gêneros está mais centrado em aspectos da prática social (profissional) que na estrutura destes textos; 2) a de que um gênero como a dissertação escolar, embora bastante conhecido, deve apresentar, a este sujeito, dificuldades para uma definição por causa de sua funcionalidade questionável em termos de uma prática social.

Abstract:

To what extent a cognitive schema based exclusively on characteristic parts of a text, such as the superstructure, can explain genre knowledge? Based on this question, this article presents a discussion of an experiment carried out with four journalists. Two hypotheses were tested: 1) that knowledge of genre used by journalists is more centered on aspects of social (professional) practice than on the structure of the texts; 2) that a genre such as a school dissertation, though quite known, may present to the subjects part of this research difficulties for a definition due to its questionable functionality in terms of a social practice.

Palavras-chave:

Gênero textual, processamento textual, psicolinguística.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade clássica, conforme testemunham a Retórica e a Poética de Aristóteles, estudiosos que se propuseram pensar a língua reconheceram determinados conjuntos de enunciados como contendo partes específicas, de modo que esta especificidade garantia ao estudioso a possibilidade de apontar um nome para tal conjunto de enunciados. Embora, a noção de texto não fosse a mesma que temos hoje, um retórico grego podia dizer, de certa forma, se aquele grupo de enunciados era uma narrativa ou uma dissertação.

A ênfase dos estudos lingüísticos, nas três últimas décadas, em desvendar uma relação entre linguagem e atividade social, possibilitou a retomada da discussão iniciada pelos gregos em torno dos gêneros "textuais/discursivos". A indagação de uma boa parte dos pesquisadores atualmente envolvidos com o tema é a de como os textos se caracterizam ou de como ganham identidade social.

A toda essa discussão, anterior e posterior ao conceito de texto (fundado durante a década dos 70), vou denominar, neste artigo, estudo da identidade dos textos, um termo que a meu ver pode pairar sobre a diversidade de enfoques aplicados à matéria, principalmente nos últimos anos. Abordam a identidade dos textos, por exemplo, Adam (1987, 1992), ao estudar as seqüências textuais, e Swales (1990, 1992), ao estudar os gêneros textuais.

A pesquisa da identidade dos textos sempre esteve centrada na descrição das partes características de agrupamentos, também, característicos de enunciados. Na mesma base, ganha o enfoque cognitivista com Bartlett (1935), e prossegue nos trabalhos de van Dijk (1977, 1978, 1990, 1992), através do conceito de superestrutura.

Tomando este tópico como ponto de reflexão, levanto algumas questões: 1) O conhecimento sobre identidade dos textos está centrado na estrutura, de modo que se pode crer que este é o seu ponto focal?; 2) Se está centrado na estrutura, como a organização das seqüências textuais e a organização dos gêneros são ativadas na memória?; 3) Há preponderância de uma sobre a outra?; 4) Que função joga o contexto de emergência de um gênero sobre o seu processamento? 5) Que papéis jogam os traços microestruturais da linguagem (tais como registro e estilo) sobre a fixação da identidade de um texto? 6) A função de um texto em determinado contexto cultural é um elemento importante na fixação de sua identidade?

Partindo do conceito de superestrutura de van Dijk, este trabalho aborda, introdutoriamente, essas questões (mas, principalmente as de número 1, 2, 4 e 6), centrando-se no papel que o contexto funcional possa exercer sobre a composição da superestrutura como o esquema cognitivo que mapeia o conhecimento relativo à identidade de textos.

A reflexão está centrada em um experimento, realizado com jornalistas com experiência profissional em jornal, que tenta captar como estes usuários da linguagem organizam e utilizam o conhecimento sobre identidade de textos ou, especificamente, como a superestrutura da notícia está estruturada na memória de longo prazo de sujeitos de um meio social específico como o ambiente de produção do jornal.

2 CONTRIBUIÇÃO DA DISCUSSÃO RECENTE SOBRE IDENTIDADE DE TEXTO PARA UMA TEORIA DAS SUPERESTRUTURAS

O panorama dos estudos sobre identidade de texto na atualidade está marcado por várias propostas teóricas, dentre as quais destaco duas que apresentam maior proximidade com o trabalho de van Dijk: a análise retórica de gêneros de Swales (1990, 1992) e o estudo das seqüências textuais de Adam (1987, 1992). Ambas, por vias diferentes, se atêm à questão de como os gêneros textuais se constituem depositários de conteúdos relativos ao meio social em que são criados e utilizados.

A análise de gêneros operacionaliza mais radicalmente esta relação entre a identidade do texto e seu ambiente originário, ao formular o conceito de comunidade discursiva como uma contraparte do conceito de gênero textual. Dentro desta visão, o gênero é um elemento da comunicação de uma comunidade discursiva, caracterizando-a e sendo caracterizado por ela.

Nestes termos, segundo Swales (1990), um gênero textual reflete os padrões de interação próprios de uma comunidade discursiva, no sentido de que representa eventos comunicativos a partir dos propósitos compartilhados entre os seus indivíduos participantes. As manifestações de um gênero decorrem de sua convencionalização dentro da comunidade discursiva, ao adquirir função, posicionamento e uma forma característica.

A comunidade discursiva pode ser definida como um grupo de indivíduos que atuam comunicativamente a partir de um tópico de referência, ou de um conjunto restrito deles, mediante propósitos compartilhados e uma linguagem comum estruturada nessa atividade. O conhecimento desse padrão lingüístico particular (estilo, léxico, gêneros textuais, etc.) é um requisito para a adesão à comunidade discursiva e a ascensão em sua estrutura hierárquica de participação.

Quanto ao estudo das seqüências textuais, embora parta da concepção de que as estruturas textuais são fixadas via atividade social, analisa estas estruturas somente no nível das articulações textuais. Adam observa o modo como seqüências textuais típicas se compõem para formar uma infinidade de gêneros textuais (que ele denomina gêneros do discurso). Estabelece protótipos (narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo) a partir dos quais os gêneros são organizados. Para isso, toma como base a afirmação de Bakhtin (1954) sobre a existência de um grupo de gêneros primários e a teoria da categorização por protótipos (Kleiber, 1990, Rosch, 1978).

Para Adam, o texto enunciado resulta de duas instâncias. A primeira, pragmática, configuracional, apresenta três categorias operacionais: o objetivo ilocucional (coerência), a localização enunciativa, e a coesão enunciativa (mundos). A segunda, e foco do estudo do autor, está centrada no texto, visto como uma sucessão de proposições psicológicas, como concebidas por Kintsch (1974). O texto contém duas categorias operacionais: a conexidade (coesão) e a seqüencialidade (formação de seqüências típicas).

A identidade de um texto surge, assim, do agrupamento de seqüências típicas de proposições, conforme os tipos apontados acima. O que denuncia a seqüência típica são os elos coesivos e o léxico característico. Conforme um texto contenha uma seqüência textual dominante, será agrupado dentro daquela classe de textos (ex. conto estaria na classe dos textos narrativos).

Gênero e seqüência textuais, embora por enfoques bastante divergentes, acabam se configurando como dois fenômenos distintos de um fenômeno mais amplo, a identidade dos textos. A superestrutura, como construto mapeador do conhecimento sobre identidade de textos, precisa explicar, em termos de cognição, estes resultados.

A idéia de superestrutura de van Dijk (1977, 1978, 1990, 1992) surge como um elemento necessário ao processamento da linguagem. Partindo do estudo das gramáticas textuais, o autor chega ao tipo de texto como um componente central do modelo de compreensão e produção textual que formula com Kintsch (Kintsch e van Dijk, 1978, van Dijk e Kintsch, 1983).

O conhecimento relativo à configuração de determinado texto, dentro deste modelo, é visto como um esquema cognitivo armazenado na memória de longo prazo. Tais esquemas, na postulação de Rumerlhart e Ontony (1978) e Rumerlhart (1980), são compostos de variáveis (na forma de lacunas abstratas) e podem ser encaixados uns dentro de outros. No caso da superestrutura, as variáveis são as partes convencionais do texto, as macrocategorias, agrupadas em uma ordem canônica, ao modo das categorias sintáticas.

A superestrutura, como componente do modelo de processamento, é um recurso descendente (top-down) que o sujeito instancia para conformar as proposições processadas. Confere a forma que elas devem adquirir em conjunto para preencher as expectativas de determinada situação comunicativa, em determinado contexto cultural. Esse processo se desencadeia, tanto na recepção, quanto na produção, durante os tratamentos micro e macroestruturais. Nas palavras de Kintsch e van Dijk (1983, p. 54),

as superestruturas são esquemas para as formas convencionais dos textos; sendo que o conhecimento dessas formas facilita a geração, a recordação e a produção de macroestruturas. Nem todos os tipos de texto têm tais formas convencionais, mas quando ela existe parece desempenhar um papel considerável no processamento. (trad. do autor)

Embora bastante importante para se pensar o processamento da linguagem, o conceito ainda apresenta certos problemas, principalmente se tomarmos as discussões recentes em termos da identidade dos textos. O primeiro deles, já assinalado, é o de não dar conta da distinção entre gênero e seqüência textual. Além deste problema, também não há uma explanação do modo como as macrocategorias estão relacionadas ao contexto social de ocorrência do gênero, seja em relação às especificidades lingüísticas do ambiente social que dão surgimento a um determinado gênero, seja com relação ao tipo de interação e às funções específicas do gênero. O próprio van Dijk (1992, p. 79) afirma que falta uma metateoria das superestruturas que explique: "a natureza concreta das categorias, as regras e os limites para as estruturas esquemáticas em geral".

3 EXPERIMENTO

O experimento realizado faz uma investigação preliminar a respeito de como o conhecimento sobre certos gêneros é organizado e utilizado por jornalistas. Os sujeitos escolhidos são, desse modo, quatro jornalistas com experiência profissional em jornal. Os motivos para a escolha desse tipo de sujeito foram principalmente dois: primeiro, porque este é um profissional que trabalha com a linguagem cotidianamente, devendo ter, para a execução de suas atividades, um conhecimento bastante refinado sobre determinados gêneros; segundo, porque o acesso a esses conhecimentos, por parte do jornalista, dá-se mais via prática social que via reflexão teórica.

A questão investigada no experimento é: que conhecimento sobre gênero está associado aos esquemas cognitivos de reconhecimento e utilização de terminados textos, notadamente a notícia?

Dois hipóteses foram formuladas:

- a) o conhecimento sobre gênero do jornalista (e possivelmente de todo usuário da linguagem) está mais centrado no contexto funcional do texto que no esquema textual, em virtude de o propósito comunicativo e de a organização do meio social serem anteriores à fixação do esquema e prioritários no uso da linguagem;
- b) o texto escolar, embora bastante conhecido, além de não fazer parte do meio jornalístico, apresenta uma concreitude funcional questionável mesmo dentro do meio em que é produzido, uma vez que serve mais ao exercício impessoal da linguagem que ao ato comunicativo efetivamente (conforme aponta Pécora, 1992). Devido a estes fatores, este gênero deve apresentar dificuldades para o jornalista em termos da explicitação de conhecimentos a ele relacionados.

4 SUJEITOS

Os sujeitos, como especificado acima, são quatro jornalistas todos com experiência profissional em jornal, conforme segue: sujeito 1, com 7 anos de experiência, sujeito 2, com 16 anos, sujeito 3, com 9 anos e sujeito 4, com 10 anos. Todos trabalham em jornais de Florianópolis. O sujeito 3, embora não sendo graduado em jornalismo, não foi eliminado do experimento, já que o objetivo era observar a forma como os conhecimentos são organizados em virtude da prática profissional e não de aspectos relacionados à formação.

5 MATERIAL UTILIZADO

Os materiais utilizados na testagem foram 3 textos de 3 gêneros diferentes e um questionário de retrospectiva.

Os textos (anexo 1) são: um editorial da Folha de São Paulo do dia 3 de junho de 1997, uma dissertação escolar, extraída de um livro que analisa redações de vestibular (Costa Val, 1994), e uma notícia da Folha de São Paulo do dia 2 de junho de 1997, provinda de agências internacionais.

Foram escolhidos estes gêneros porque proporcionam contraste entre si e porque já apresentam certa descrição em termos da superestrutura. O primeiro foi descrito por Guimarães (1992, p. 183) como tendo as seguintes macrocategorias e ordem canônica:

- a) da definição - contendo o evento, organizado pelo fato noticioso acompanhado do comentário;
- b) da explanação - contendo as causas e as conseqüências;
- c) da avaliação - compreendendo um processo estimativo onde se estabelece o valor de bem ou de mal para o evento;
- d) da conclusão - abrindo perspectivas.

Este trabalho de Guimarães teve como objeto os editoriais da Folha de São Paulo, o que põe reservas a uma generalização para todos os jornais do país. Não obstante a isto, é o único trabalho de descrição da estrutura de editoriais brasileiros e pode fornecer uma boa noção da forma destes textos, dado que não devem apresentar variações muito sentidas nos vários jornais em que aparecem.

A dissertação escolar apresenta uma descrição em Granatic (1995, p. 88). Seu trabalho apresenta muito mais uma descrição de modos de organização das seqüências textuais narração, descrição, argumentação e explicação que uma exposição sobre gêneros escolares. Em todo caso, é um dos manuais mais utilizados na estruturação do texto escolar e, neste sentido, está sendo utilizado como uma possível descrição da dissertação escolar. As macrocategorias apresentadas são as seguintes:

- a) introdução: apresentação do tema (com ligeira ampliação);
- b) desenvolvimento:
 - causa (com explicações adicionais);
 - consequência (com explicações adicionais);
- c) conclusão: expressão inicial, reafirmação do tema e observação final.

A notícia tem uma descrição nos trabalhos de van Dijk (1990, 1992), resultante de uma pesquisa que data dos primeiros anos da década de 80. As categorias que compõem o esquema deste gênero de texto estão dispostas em um esquema arbóreo (fig. 1).

Todos os textos do experimento foram escolhidos com base nestas descrições e apresentados aos sujeitos sem indicação da fonte ou outros dados, para que estes só tivessem o texto como opção de reconhecimento e assim devessem necessariamente (se fosse o caso) observar as macrocategorias para identificá-lo.

FIGURA 1: Esquema do texto noticioso (van Dijk, 1992, p. 147).

Para distinguir essas descrições dos textos, executadas pelos pesquisadores, dos esquemas cognitivos que estão na memória dos sujeitos, vou estabelecer uma distinção: chamarei o primeiro de esquema textual do gênero e suas partes componentes de categorias textuais e, o segundo, chamarei de superestrutura textual, composta de variáveis, denominadas macrocategorias, que podem espelhar as partes do texto ou outros elementos.

O questionário (anexo 2) foi organizado para que o sujeito, após a leitura do texto, retrospectivamente, verbalizasse conhecimentos que havia utilizado na tarefa, bem como a forma como estes conhecimentos estão organizados em sua memória de longo prazo. Apresenta duas partes: perguntas específicas para serem feitas após a leitura de cada texto e perguntas genéricas para serem feitas após a leitura dos três textos.

6 COLETA DE DADOS

Os sujeitos foram instruídos a ler o texto para posteriormente responder algumas perguntas. Os três textos foram trabalhados em uma única sessão em ambiente apropriado.

O questionário foi aplicado conforme os momentos planejados (após a leitura de cada texto e após a leitura dos três textos) e as respostas foram gravadas para posterior transcrição e análise.

7 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os dados levantados foram analisados de forma qualitativa com base no que se buscava visualizar a partir das perguntas feitas (anexo 2):

- a) rótulos atribuídos aos textos e características apontadas (prevendo-se que entre estas características estivessem as categorias típicas do texto) - perguntas 1, 2, II, III e IV;
- b) a função das categorias textuais no reconhecimento do gênero - pergunta 3;
- c) como os traços típicos são manipulados e de onde partem - perguntas 5 e I;
- d) como a função do texto é concebida - pergunta 4.

8 RESULTADOS

Os resultados são apresentados a seguir, primeiro em relação às categorias de análise relacionadas no item anterior e, mais adiante, como balanço geral, em relação às hipóteses.

Com relação aos rótulos atribuídos aos textos e características apontadas, os sujeitos geralmente, atribuem, ao texto noticioso, ao qual estão mais diretamente ligados, rótulos com especificidades contextuais e, aos textos mais distantes do seu cotidiano, rótulos mais genéricos. Não se atém ao esquema textual integralmente como uma característica preponderante, mesmo na notícia.

Como se pode observar do quadro 1, o texto noticioso é designado como factual (de matéria factual), matéria e jornalístico. São nomes específicos que o relacionam diretamente ao papel que ele desempenha na sociedade ou no meio em que é produzido. Funciona, para estes sujeitos, portanto, como um gênero.

A especificidade destes rótulos está no fato de que eles engatilham uma referência bastante concreta com relação ao percurso social de comunicação que o texto segue. O rótulo texto jornalístico pode indicar que as marcas lingüísticas reconhecidas no texto são emparelhadas com marcas que o sujeito só observa no meio jornalístico, ou que são preponderantes para ele como sujeito construtor de sentidos vinculado àquele meio. O rótulo matéria se relaciona diretamente à função daquele texto dentro do contexto de trabalho, uma vez que, nesse caso, pode designar o resultado de uma tarefa. O termo matéria pode ser, inclusive, um item lexical do meio que agrupe, genericamente, uma série de textos, como parece ser o caso do rótulo matéria factual como uma especificação.

O termo notícia aparece nas respostas dos sujeitos, indicando que possa fazer parte de uma terminologia mais acadêmica que só é utilizada quando o jornalista vai abordar sua produção de um modo mais analítico.

Além de a notícia ser caracterizada com nomes mais específicos, para ela é apontado um maior número de características, o que indica que o conhecimento sobre este gênero é mais empírico e sólido.

Quadro 1 - Rótulos e características atribuídos aos textos.

Texto/Sujeito 1. editorial de jornal 2. dissertação escolar 3. notícia

1 interpretativo intencionalidade análise redação escolar terminologia específica estrutura característica (introdução, desenvolvimento e conclusão) Factual objetividade tem lead imparcialidade sinteticidade responde às perguntas básicas (o quê, quando, etc.)

2 opinativo ou artigo assinado opinativo assinado Matéria não opinativo tem lead narratividade objetividade imparcialidade parte de fato concreto não precisa ser assinado responde às perguntas básicas

3 Narrativo informatividade objetividade imparcialidade parte de fato concreto acessibilidade sinteticidade opinativo subjetividade Jornalístico informatividade sinteticidade narrativa parte de fato concreto responde às perguntas básicas

4 Redação exposição opinião redação opinião Jornalístico objetividade narrativa parte de fato concreto responde às perguntas básicas

Para os outros dois gêneros, os sujeitos elegem rótulos bastante genéricos e abstratos, fundamentados em características lingüísticas que podem estar presentes numa imensidade de textos, como é o caso da argumentatividade. É possível que em face de os textos serem menos concretos em termos de suas funcionalidades contextuais no cotidiano do jornalista, eles sejam vistos a partir de suas seqüências textuais, no caso, a argumentativa e a explicativa. As características mais ressaltadas, dessa forma, são opinar e expor. Note-se que a notícia também é um texto expositivo e nenhum sujeito levanta esta característica.

Apenas o sujeito 2 aponta um rótulo específico para a dissertação escolar (redação escolar). Nesse caso, contudo, é um sujeito que faz mestrado em lingüística e pode estar afeito a discussões sobre este gênero de texto.

Outra resposta singular é a do sujeito 3 com relação ao texto 1. Reconhece o editorial como texto narrativo, embora neste rótulo esteja subentendido o texto noticioso, uma vez que as características apontadas são quase as mesmas apontadas para este gênero. A peculiaridade desta resposta indica que o sujeito percebeu a categoria "da definição" do texto editorial, que faz a retomada de uma notícia, como um lead, que é uma categoria da notícia.

Com relação ao esquema dos textos só é retomado no todo, como característica, no texto dois, pelo sujeito 1 que o reconheceu como redação escolar.

Não obstante a isso, nas respostas referentes ao texto noticioso, todos os sujeitos apontam o lead (uma das suas categorias) como uma característica do texto (respostas assinaladas em negrito no quadro 1). Algumas respostas se remetem às perguntas que são utilizadas para montar o lead (quem?, o quê?, como?, quando?, onde?, por quê?). Este resultado pode indicar que o esquema não é aplicado no seu todo no processamento, ao contrário do que deixa transparecer o modelo teórico de Kintsch e van Dijk (Kintsch e van Dijk, 1978, van Dijk e Kintsch, 1983). O lead se mostra como uma categoria mais importante que as demais dentro do esquema textual. Algumas das outras categorias da notícia podem, inclusive, não ter valor como limitadoras no processamento desse gênero, mostrando-se no texto apenas como uma manifestação das atividades desenvolvidas pelos jornalistas, como levantamento prévio do conteúdo a ser escrito. O jornalista, por exemplo, colhe depoimentos para escrever uma notícia. A inclusão desses depoimentos no texto noticioso, no entanto, não precisa vir, necessariamente, via macrocategoria “consequências/reações”, mas como simples relato da pesquisa executada.

Com relação às definições apontadas para os textos (quadro 2), há que se ressaltar primeiramente que houve uma falha na elaboração da pergunta II (anexo 2). Nesse caso, deveria ter sido feita menção diretamente o gênero dissertação escolar, mas a pergunta foi formulada somente com o rótulo dissertação. Isto pode ter levado os sujeitos a não buscar a caracterização social do texto. Pelo contrário, eles recuperaram o conteúdo ensinado na escola, atendo-se à estrutura “introdução, desenvolvimento e conclusão” (quadro 2).

A estrutura de dissertação também é utilizada para definir o editorial, embora em duas respostas apareçam, neste caso, definições funcionais (em negrito no quadro 2).

Na definição do texto noticioso, com exceção de um sujeito (3), que aponta a categoria lead (através de suas questões), não há menção à estrutura textual. São relatadas, no geral, características da linguagem desse gênero. Mesmo assim, este continua sendo um texto de caracterização a partir do contexto da tarefa do jornalista, o que não acontece, de modo algum com o texto 1, e que só acontece em duas respostas do texto 2. Há, nesse sentido, uma espécie de gradação.

A apuração dos dados, no tocante a este item, reforça a hipótese de Taylor (1990, p. 67) de que o conhecimento baseado em protótipos é adquirido primeiro, em relação ao conhecimento baseado em esquemas, uma vez que este último é um conhecimento mais descritivo, fundamentado na reflexão científica.

Quadro 2 - Definições dos sujeitos para os textos:

Texto/Sujeito 1. editorial de jornal 2. dissertação escolar 3. notícia

1 Texto onde a cúpula do jornal defende opiniões. Uma modalidade de redação que tem introdução, desenvolvimento e conclusão. Texto jornalístico strictu sensu, rígido, direto, e factual que tem como dever informar o que aconteceu.

2 É uma espécie de dissertação. Não tem distinção entre um e outro. Discorre sobre um assunto, argumentando, derrubando argumentos. É a descrição de um fato, sem pretensão de erudição. É um fato.

3 É quase uma dissertação, construção de opinião em que um cara assume a figura do jornal. É fazer um recorte e tentar mostrar como que as coisas caminham, dissertar, narrar, mas de uma forma subjetiva. É um fato concreto. É construída de perguntas (quem, o quê, como, quando, onde, por quê), sem uma opinião explícita, com exatidão, através da confrontação das fontes.

4 Um texto que, a partir de um tema, examina várias questões paralelas que envolvem o tema, apresentando um opinião, mas não encerrando a questão a respeito. Escolher um tema e, a partir daí, dar a opinião a respeito sem se preocupar com outra opinião. Texto que se propõe a descrever o que aconteceu, com o mínimo de opinião possível, com o máximo de imparcialidade e correção, e com a transmissão do maior número de versões possíveis.

Além disso, os dados indicam que, mesmo sendo possível encontrar várias categorias em um dado gênero no ato de sua descrição científica, não necessariamente estas categorias serão macrocategorias disponíveis aos sujeitos como conhecimento sobre o gênero tratado.

Com relação à função das macrocategorias no reconhecimento do gênero (quadro 3), novamente os sujeitos especificam o lead (através de suas questões componentes) para caracterizar a notícia. Nos outros dois textos, os sujeitos dão a entender o reconhecimento de parte das seqüências textuais narrativa e expositiva, mas nenhuma categoria específica dos gêneros.

Quadro 3 - Estruturas apreendidas dos relatos como marcas os textos.

Texto/Suj. 1. editorial de jornal 2. dissertação escolar 3. notícia

1 estrutura de dissertação escolar Seqüência argumentativa lead (questões)

2 seqüência argumentativa Seqüência argumentativa lead (questões)

3 seqüência argumentativa não aponta categorias (fala em narrativo, mas no sentido de notícia) outras macrocategorias, mas não apontadas diretamente

4 seqüência explicativa Seqüência explicativa lead (questões)

O sujeito 3, com referência ao texto noticioso, fala, por exemplo, de eventos anteriores, mas não caracteriza isso, exatamente, como uma parte do texto. Ao que parece, ele está se referindo mais ao trabalho de pesquisa de dados anterior à escritura da notícia que propriamente ao de sua composição, como se pode perceber dessa fala:

Por que ele trabalha com vários dados sobre o fato. Né? Ele absorve o fato, constrói o texto completamente informativo, sintético, sempre amarrado com fonte, com fatos anteriores que levaram à situação narrada.

A conclusão que os dados sugerem, nesse caso, é a mesma apontada acima: de que a descrição científica de um gênero não mostra como o esquema cognitivo sobre o texto está organizado e mesmo se todas aquelas categorias apontadas na descrição são partes da superestrutura ou macrocategorias.

Com relação a como os traços típicos são manipulados e de onde partem, os dados revelam que o sujeito vai organizar uma série de textos a partir daquele que está mais próximo de sua prática lingüística. No caso do jornalista, tudo indica que é a notícia. Possivelmente, se fossem jornalistas que só fossem editorialistas, teriam o texto do editorial como um dos motivadores na categorização dos textos.

Na tarefa de distinguir os três textos apresentados, os sujeitos, embora citem outras características, tomam como referência o grau de objetividade que é uma característica enfatizada para a notícia. O texto noticioso, assim, pode estar funcionando como o protótipo a partir do qual a categoria se forma, sendo que o cenário comunicativo do jornal é que dita o modo de categorizar. Isto pode ser observado nas respostas dadas nesta tarefa (quadro 4).

Quadro 4 - Respostas emitidas na tarefa de distinção dos 3 textos do experimento.

Suj. RESPOSTAS

1 A distinção está na estruturação básica, na linguagem, na objetividade das idéias e na intencionalidade com que se trabalha o texto.

2 O que distingue é, essencialmente, a opinião nos dois primeiros, embora o 2 tenha isso mais forte. O texto 3 é o mais objetivo.

3 Os primeiros em relação ao terceiro podem ser considerados jornalísticos. Só que o 3 é mais técnico e o 2 é totalmente diferente porque é opinião mesmo. Tenta mais motivar o debate, enquanto os outros dois tentam passar uma notícia.

4 Basicamente, é a opinião que distingue. O 3 não tem uma opinião. É bem informativo. O 2 é absolutamente opinativo. O 1 coloca uma situação e dá algumas dicas do que pode ter originado esse tipo de comportamento.

O grau de objetividade e a ausência de argumentatividade são, portanto, prioritariamente, os traços prototípicos através dos quais, em contraposição à notícia, os demais textos são caracterizados e colocados como mais ou menos jornalísticos. Para os dois textos de base argumentativa, parece não haver uma caracterização, ou algo que os diferencie como gêneros entre si.

Todos os sujeitos reconhecem o texto 3 como jornalístico (quadro 5). Para os outros textos esta caracterização vai depender, ao que parece, de o quanto ele pareça ou não com uma notícia ou tenha traços próximos.

Quadro 5 - Levantamento, nas respostas dos sujeitos, da aplicação dos traços mais e menos jornalístico aos 3 gêneros textuais:

textosuj. 1. E. J. 2. R. E. 3. N.

1 + - +

2 ± ± ±

3 + - +

4 - - +

O fato de o jornalista organizar os textos a partir da notícia indica não só que a base de categorização dos tipos de texto é funcional, mas também que não pode ser, na prática, exclusivamente via comparação dos esquemas.

Com relação a como a função do texto é concebida (quadro 6), os sujeitos sempre concebem a função do texto a partir do modo como ele pode afetar o leitor. Também é um conhecimento que não parte somente da estrutura lingüística do texto e mesmo das funções lingüísticas, mas do papel que o gênero exerce no meio em face do padrão de interação estabelecido.

A única resposta que vai diferir é a do sujeito 1 para o texto 2, uma vez que reconheceu o gênero, não como um artefato do jornal, mas como um texto que pertence a outra comunidade discursiva (os estudantes). Parece que a função do texto só pode ser vista claramente pelo sujeito quando o texto está inserido no contexto de uso, quando este assume todas as características de um gênero. No caso do editorial, por exemplo, não é possível dizer que sua função é expressar a opinião do jornal somente observando sua estrutura esquemática, mesmo porque pela estrutura ele não se distingue muito dos demais textos opinativos.

Quadro 6 – Funções atribuídas aos textos:

Textosuj. 1. editorial de jornal 2. dissertação escolar 3. notícia

1 levar informação para o leitor de maneira leve não sei para quê serve: para passar no vestibular informar, relatar o que aconteceu
2 expor, problematizar, denunciar, criar conceitos apontar caminhos, reflexão e as já apontadas para o outro texto narrar fatos, informar

3 informar, esclarecer o leitor levar à reflexão, estimular o debate Informar

4 informar, formar opinião doutrinar, conscientizar Informar

Assim, levantados os resultados, retorno, agora, às hipóteses.

Hipótese 1: o conhecimento sobre gênero do jornalista (e possivelmente de todo usuário da linguagem) está mais centrado no contexto funcional do texto que no esquema textual, em virtude de o propósito comunicativo e de a organização do meio social serem anteriores à fixação do esquema e prioritários no uso da linguagem.

Esta primeira hipótese, portanto, perante as análises executadas, é passível de confirmação. Os sujeitos tendem a reconhecer mais prontamente o texto mais próximo de sua prática social cotidiana, fazendo um uso somente parcial do esquema textual. Esta parte do esquema, neste caso, compartilha o papel de traço típico com outras características abstratas da linguagem e específicas do contexto.

Esta força do contexto funcional sobre a caracterização do texto faz com que a superestrutura de van Dijk seja questionada ao menos em termos de sua formulação exclusivamente como esquema de partes do texto. A superestrutura não parece funcionar, em todos os sentidos, como um organizador do texto em processamento, sendo algumas das categorias textuais, não exatamente um recurso da memória, mas uma decorrência da tarefa imediata. O texto noticioso, assim, parece ser muito mais um resultado do material coletado e do objetivo central que do preenchimento das categorias virtuais a ele imputadas a partir das descrições de gênero.

Hipótese 2: a dissertação escolar, embora bastante conhecida, além de não fazer parte do meio jornalístico, apresenta uma concreção funcional questionável, mesmo dentro do meio em que é produzido, uma vez que serve mais ao exercício impessoal da linguagem que ao ato comunicativo efetivamente (conforme aponta Pécora, 1992). Devido a estes fatores, este gênero deve apresentar dificuldades para o jornalista em termos da explicitação de conhecimentos a ele relacionados.

Esta segunda hipótese se verifica parcialmente. Há que se acrescentar que esta hipótese na está bem formulada, uma vez que é plausível, de antemão, ser a produção textual distante do meio jornalístico pouco ou não reconhecida em seus aspectos estruturais. Houve, também, falhas na elaboração do instrumento, o que não possibilitou uma melhor verificação do rótulo dissertação escolar. Este texto, no entanto, sendo o mais distante do cotidiano do jornalista, serviu como contraponto, sendo caracterizado com traços bem mais abstratos que o texto noticioso o que revela seu papel periférico dentro da categorização dos textos executada pelo jornalista. Para este tipo de sujeito, conforme revelam os dados, este texto não atinge o estatuto de gênero, sendo bem menos especificado que a notícia.

9 CONCLUSÃO

O experimento demonstra que o jornalista, por mais que possa escrever uma diversidade de textos em seu conjunto de práticas profissionais, tem um tipo de texto que é central no seu cotidiano de escritor, a notícia. Os dados levantados no experimento apontam para a conclusão de que o jornalista reconhece os demais textos pela diferença ou similaridade com a notícia, não em função exatamente das partes características do texto noticioso, mas dos aspectos práticos envolvidos na instauração do gênero. Como a objetividade e a isenção são critérios para se construir o relato jornalístico, ao menos para a escola norte-americana de jornalismo, elas podem ser tomadas pelo jornalista como traços distintivos dos textos com os quais tem contato.

Os elementos caracterizadores do texto, conforme apontam os dados analisados, partem do modo como a atividade profissional do jornalista está organizada. O texto noticioso, neste sentido, não tem, preponderantemente, um esquema a priori para ser processado, mas traços esquemáticos que se concretizam como conhecimento sobre gênero a partir da atividade de produção de sentido dos sujeitos neste ambiente social.

Os gêneros textuais, dentro do enfoque cognitivista, têm sido vistos como unidades fechadas, marcando, assim, uma descontinuidade entre a forma do texto e sua ocorrência em um contexto dado. O esquema textual, contudo, ao que parece, não é um elemento de limite (constraint) do conteúdo a ser transmitido, mas um elemento que tem em algumas de suas categorias mais características (como o lead na notícia) um limitador. Outras categorias menos nítidas (como background e comentários da notícia) configuram-se mais como o resultado de uma acomodação do conteúdo, não sendo instanciadas como conhecimento lingüístico ou metalingüístico. Talvez nem façam parte dos conhecimentos relacionados a este gênero.

Tais resultados apresentam implicações pedagógicas, ao desmistificar a concepção do senso comum, e que a escola fomenta, de que um bom escritor escreve todo tipo de texto. Se existem capacidades gerais relativas às habilidades de escritura (e de produção de texto de um modo geral), há também as necessidades específicas dos meios em que o indivíduo atua. Escrever uma notícia, por exemplo, pressupõe o cumprimento de uma tarefa social, onde a forma do texto pode ser, em sua maior parte, apenas a decorrência de atitudes, valores, práticas, discursos.

Estas conclusões, em termos da funcionalidade do texto como fonte e parte de sua organização cognitiva, devem ser investigadas em levantamentos mais exaustivos. Esta pesquisa cumpre seu papel, se for encarada como um levantamento piloto do conhecimento sobre gêneros textuais.

BIBLIOGRAFIA

1. ARISTÓTELES. A arte retórica. In: _____. A arte retórica e a arte poética. (trad. de Antônio P. de Carvalho). Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
2. ADAM, J. M. Les textes: types et prototypes. Paris: Éditions Nathan, 1992.
3. _____. Textualité et séquentialité: l'exemple de la description. Langue Française, n. 38, p. 51 - 72, 1987.
4. BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. Estética da criação verbal. (trad. de M. E. G. G. Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992 (1953).
5. BARTLETT, C. C. Remembering: a study in experimental and social psychology. Londres: Cambridge University Press, 1950 (1932).
6. COSTA VAL, M. da G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
7. van DIJK, T. A. La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario. Barcelona e Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978.
8. _____. Estruturas da notícia na imprensa (trad. de Cristina T. V de Melo). In: _____. Cognição, discurso e interação. São Paulo: Contexto, 1992.
9. _____. Gramáticas textuais e estruturas narrativas (trad. de Leila Perrone Moisés). In: CHABROL, C.; et al. Semiótica narrativa e textual. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 196-229.
10. _____. La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.
11. van DIJK, Teun A., KINTSCH, W. Strategies of discourse comprehension. Nova Iorque: Academic Press, 1983.
12. GRANATIC, B. Técnicas básicas de redação. São Paulo: Scipione, 1995.
13. GUIMARÃES, D. M. Considerações sobre o esquema de editoriais. In: V SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, Anais do... Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1992.
14. KINTSCH, W. The representation of meaning in memory. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1974.
15. KINTSCH, W., van DIJK, T. A.. Toward a model of text comprehension and production. Psychological Review, v. 85, n. 5, p. 363 - 394, 1978.
16. KLEBER, G. La sémantique du prototype: catégories e sens lexical. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
17. PÉCORA, A. Problemas de redação. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
18. ROSCH, E. Principles of categorization. In: ____; LLOYD, B. (orgs.) Cognition and categorization. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
19. RUMELHART, D. E. Schemata: the building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; et al. (orgs.) Theoretical issues in reading comprehension. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.
20. ____; ORTTONY, A. The representation of knowledge in memory. In: ANDERSON, R. C.; SPIRO, R. J.; MONTAGUE, W. E. Schooling and the acquisition of knowledge. S. L.: S. N., 1977.
21. SWALES, J. M. Genre analysis: english in academic and research settings. New York: Cambridge University Press, 1990.
22. _____. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. In: Rethinking Genre Colloquium. Ottawa: Carleton University, 1992.
23. TAYLOR, J. R. Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1990.

ANEXO 1 - TEXTOS UTILIZADOS NO EXPERIMENTO

Texto 1: PRECONCEITO DIPLOMÁTICO

Toda nação soberana tem prerrogativa de decidir a quem concede ou não visto de entrada no país. O método de seleção desenvolvido pelo consulado norte-americano em São Paulo, porém, baseia-se em critérios preconceituosos, os quais chegam a causar constrangimentos para o país, um dos mais liberais do planeta.

O próprio Departamento de Estado dos EUA admitiu, no curso de uma ação judicial movida em Washington, que emprega siglas como LP ("looks poor", parece pobre), LR ("looks rough", parece rude) e RK ("rich kid", garoto rico) para classificar as pessoas que requerem um visto e decidir sobre sua concessão.

É no mínimo desconfortável que o país que tenha criado o conceito de ação afirmativa para a integração de negros atue de forma preconceituosa quando se trata de classificar cidadãos estrangeiros. A atitude lembra um pouco o mote orwelliano segundo o qual todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros. Se política semelhante fosse adotada dentro dos próprios Estados Unidos, dezenas de organizações certamente se ergueriam em uníssono para denunciar tal atitude.

O Departamento de Estado, contudo, admite a existência desses critérios de classificação e tenta negar que elas constituam alguma forma de discriminação, sendo apenas uma "ferramenta" para ajudar o trabalho de seus funcionários. Se a expressão "parece pobre" não encerra alguma discriminação, fica difícil imaginar o que o consulado consideraria de fato como discriminatório.

Como já se disse, é prerrogativa dos EUA decidir quem pode entrar ou não em seu território. No entanto, pode-se dizer, no mínimo, que faltou aos norte-americanos um Opouco de elegância e diplomacia no modo de exercer esse indiscutível direito.

Folha de São Paulo, 3 de junho de 1997.

Texto 2: VIOLÊNCIA SOCIAL

A violência social tem se acentuado no decorrer dos tempos, devido a vários fatores como: o desemprego, o analfabetismo e a discriminação social.

A primeira causa que conduz vários indivíduos a violência é o desemprego, constante em nossos dias. Sem terem condição de trabalho, ficam angustiados, deprimidos e partem para o assalto, seqüestro, com armas, ferindo homens inocentes, vítimas da revolta dos violentos.

Já a segunda, impede a valorização de várias pessoas dentro da sociedade, distanciando homens da nossa cultura e informação, tornando-os rudes, agressivos e levando-os a violentarem pessoas, tanto fisicamente como moralmente.

Por último, a discriminação social leva à separação de classes, tornando prejudicados os humildes. Sem chance de integração social, assumem papéis secundários e muitas vezes desprezíveis. O povo sente na carne e nasce um clima de rivalidade acentuada, que acarreta o ódio e conseqüentemente leva ao crime.

Portanto, se levarmos em consideração estas três causas citadas acima, observaremos que são fortes e levam o homem ao desespero. Devemos superá-las através da conscientização dos problemas, resolução dos mesmos, acabando com as limitações sociais e fazendo justiça à massa.

COSTA VAL. M. da G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Texto 3: INCÊNDIO SUSPEITO FERE VIÚVA DE MALCOLM X

Betty Shabazz, viúva do ativista negro norte-americano Malcolm X, sofreu queimaduras de terceiro grau em mais de 80% do corpo, num incêndio.

A polícia de Nova York suspeita que seja criminoso o fogo que destruiu a casa de Shabazz, em Westchester Country, Nova York.

À 1h40 de ontem (02h40 em Brasília), Shabazz foi levada em estado crítico para o hospital Jacobi, no bairro do Bronx, onde está sob proteção da polícia.

Um porta-voz do hospital confirmou que o estado dela é crítico, mas disse que a família não autorizou a divulgação de outras informações.

Shabazz, 63, dirige o Escritório de Progresso Institucional, na faculdade de Medgar Evers, no Brooklyn, em Nova York.

Malcolm X, líder pelos direitos civis que promoveu o orgulho negro, foi assassinado em 1965, enquanto fazia um discurso num teatro em Manhattan.

Shabazz e a família muitas vezes disseram que suspeitavam do controvertido líder do movimento Nação do Islã, Louis Farrakhan, de estar implícito no crime.

Farrakhan tinha ameaçado Malcolm X em público, mas nunca foi formalmente implicado no crime.

Qubilah Bahiyah Shabazz, filha de Sabazz e Malcolm X, foi indiciada em janeiro de 1995, sob acusação de tentar contratar um pistoleiro para matar Farrakhan, como vingança pela morte do pai e por temer pela vida da mãe.

Farrakhan criticou duramente as autoridades por indiciarem Qubilah. Ela fez um acordo com a promotoria e se submeteu a dois anos de tratamento psiquiátrico. Em 1º de maio deste ano, o processo contra Qubilah foi arquivado.

Em 1995, depois do acordo da filha com a promotoria de Nova York, Shabazz e Farrakhan se reuniram no Teatro Apollo, no Harlem, numa reconciliação pública a que compareceram mais de 1.400 políticos e líderes do movimento pelos direitos civis das minorias.

Ele então admitiu o envolvimento da Nação do Islã no assassinato de Malcolm X.

Folha de São Paulo, 2 de junho de 1997.

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DE RETROSPECÇÃO UTILIZADO NO EXPERIMENTO

Perguntas específicas (após a leitura de cada texto):

- 1 - Que tipo de texto é este?
- 2 - O que te leva a pensar que seja este tipo?
- 3 - Existe alguma parte do texto que te leve a pensar que seja este tipo?
- 4 - Para que serve um texto como este?
- 5 - Você diria que este é um texto de jornal? Por quê?

Perguntas genéricas (Após a leitura dos três textos):

- I - Há diferenças entre os três textos? Quais são?
- II - O que é uma dissertação?
- III - O que é um editorial?
- IV - O que é uma notícia?



